

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022



Conteúdo

Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado do exercício	6
Demonstrações do resultado do exercício abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.

Balanço patrimonial

Findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.202.324	3.464.099
Adiantamentos e despesas antecipadas	5	1.929.796	25.316
Tributos a recuperar	6	116.578	4.036
		36.248.698	3.493.451
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	4.538	-
Depósitos e cauções	7	87.562	-
Tributos diferidos	8	4.372.555	-
		4.464.655	-
Imobilizado	9	51.337.804	34.688
Intangível	10	16.480	-
TOTAL DO ATIVO		92.067.637	3.528.139
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Proventos e encargos a pagar	11	361.142	59.332
Fornecedores e outras contas a pagar	12	184.277	124.265
Fornecedores e outras contas a pagar - parte relacionada		-	100
Tributos a recolher	13	129.935	29.220
Notas de crédito	14	50.087.929	-
		50.763.283	212.917
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	51.809.119	5.507.100
Prejuízos acumulados		(10.504.765)	(2.191.878)
		41.304.354	3.315.222
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		92.067.637	3.528.139

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.

Demonstrações do resultado

Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2023	2022
Despesas operacionais			
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	16	(13.170.339)	(2.257.341)
Prejuízo operacional		(13.170.339)	(2.257.341)
Despesas financeiras		(50.834)	(6.379)
Receitas financeiras		535.630	74.041
Resultado financeiro, líquido	17	484.796	67.663
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.685.543)	(2.189.678)
Contribuição social diferida	8	1.157.441	-
Imposto de renda diferido	8	3.215.114	-
Prejuízo do exercício		(8.312.987)	(2.189.678)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	<u>(8.312.987)</u>	<u>(2.189.678)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Prejuízo abrangente do exercício	<u>(8.312.987)</u>	<u>(2.189.678)</u>

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em Reais - R\$)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2022	<u>7.100</u>	<u>(5.000)</u>	<u>(2.200)</u>	<u>(100)</u>
Aumento de capital	5.500.000	5.000	-	5.505.000
Prejuízo do exercício	-	-	(2.189.578)	(2.189.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>5.507.100</u>	<u>-</u>	<u>(2.191.778)</u>	<u>3.315.322</u>
Aumento de capital	46.302.019	-	-	46.302.019
Prejuízo do exercício	-	-	(8.312.987)	(8.312.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>51.809.119</u>	<u>-</u>	<u>(10.504.765)</u>	<u>41.304.354</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios

Findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em Reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(8.312.987)	(2.189.578)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação	7.540	481
Imposto de renda e contribuição social	(4.372.555)	-
	<u>(12.678.002)</u>	<u>(2.189.197)</u>
Variações no capital circulante		
Adiantamentos e despesas antecipadas	(1.904.480)	(25.316)
Tributos a recuperar	(117.080)	(4.036)
Outros ativos não circulantes	(87.561)	-
Proventos e encargos a pagar	301.810	59.332
Fornecedores e outras contas a pagar	60.012	124.265
Tributos a recolher	100.715	29.220
	<u>(1.646.584)</u>	<u>183.465</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(14.324.586)</u>	<u>(2.005.733)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(51.202.733)	(35.169)
Aquisição custo de estruturação a capitalizar	(19.994)	-
Ativos Intangíveis	(16.480)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(51.239.207)</u>	<u>(35.169)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	46.302.019	5.505.000
Recursos provenientes de empréstimos	50.000.000	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>96.302.019</u>	<u>5.505.000</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>30.738.225</u>	<u>3.464.099</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
· No início do exercício	3.464.099	-
· No final do exercício	34.202.324	3.464.099
	<u>30.738.225</u>	<u>3.464.099</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A GNLINK DISTRIBUIDORA DE GAS NATURAL S.A. Companhia de capital fechado, sediada no Estado do Rio de Janeiro foi constituída em 08 de agosto de 2019 sob o nome Vianen RJ Empreendimentos Imobiliários

S.A. Em 04 de maio de 2021, a Companhia alterou sua razão social para Vianen Logística S.A. Em 25 de outubro de 2022, a Companhia alterou finalmente sua razão social para GN Link Distribuidora de Gás Natural S.A. Atualmente a Companhia possui filiais nos estados da Bahia e Paraná.

A Companhia tem por objeto social as atividades de aquisição, recepção, armazenamento, transvasamento e controle de qualidade de gás natural, inclusive na forma liquefeita; gestão de terminais aquaviários; liquefação de gás natural; comercialização e distribuição de gás natural liquefeito ou gás natural comprimido, através de transportadora própria ou contratada; comércio varejista de gás natural para veículos automotores; importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita; locação de equipamentos e máquinas; prestação de serviços de manutenção e reparo de máquinas; prestação de serviços de operação de máquinas; transporte rodoviário de carga de produtos perigosos; purificação de biogás para obtenção e produção de biometano; operação da instalação purificadora de biogás/produtora de biometano; comércio atacadista de equipamentos para uso industrial; operador portuário; carga e descarga; participação em outras sociedades, simples ou empresárias e exercício de quaisquer atividades relacionadas com o seu objeto social.

Em dezembro de 2023, foram iniciadas as obras da primeira planta de Liquefação da Companhia, situada em Barra Bonita (PR). Estima-se que esse projeto entre em operação no segundo semestre de 2024.

Os prejuízos apresentados até o momento estão alinhados às expectativas da Administração em função de seu estágio pré-operacional. A situação financeira da Companhia está em linha com a decisão da Administração e de seus acionistas de investir no desenvolvimento do seu objeto social e em linha com seu Plano de Negócios.

Por conta disso, a administração entende que os acionistas continuarão provendo os recursos necessários para a manutenção das atividades da Companhia até a entrada em operação de todos os seus projetos.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e deliberações e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards (IASB).

A Diretoria da Companhia atesta que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão das atividades da Companhia.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as NBCs e o IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Diretoria da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de um período de 12 meses após sua data de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

2.5. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas.

2.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16

- a) **Concentração de risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Companhia mantém, de forma conservadora, contas-correntes bancárias somente junto a instituições financeiras tradicionais, com Credit Rating elevados, e aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação e gerenciamento de riscos de crédito.
- b) **Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31/12/2023 e 31/12/2022 representam o custo amortizado, e os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com instrumentos de riscos semelhantes. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e fornecedores.

2.7. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Computadores e periféricos - 5 anos;
- Máquinas e equipamentos - 10 anos;
- Equipamentos de telecomunicação - 5 anos;
- Instalações - 10 anos;

2.8. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa a qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

2.9. Ativos Intangíveis

Trata-se de um ativo não monetário identificável sem substância física ou incorpóreo (CPC 04), isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

2.10. Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

2.12. Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

- a) **Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes ao final do exercício.
- b) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.14. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

2.15. Continuidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está adimplente em relação às suas obrigações, incluindo contratos de empréstimos, na data da emissão dessas demonstrações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante que afete a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

2.16 Julgamento, estimativas e premissas contábeis materiais

Para embasar os lançamentos do imposto de renda e contribuição social diferidos a administração utilizou premissas e estimativas acerca da geração de lucro futuro de seus projetos a partir da entrada em operação de suas primeiras plantas de liquefação em 2024. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada sempre com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável.

2.17 Tributos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.18 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. Alguns itens foram expurgados da demonstração por não possuir efeito caixa, como depreciação, provisão do imposto de renda, contribuição social e provisão de Juros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Bancos	10	10
Aplicações Financeiras	34.202.314	3.464.089
Total	34.202.324	3.464.099

As aplicações financeiras são de renda fixa de alta liquidez, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

5. Adiantamentos e despesas antecipadas

Os saldos de adiantamentos e despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Adiantamentos de férias	1.442	-
Adiantamentos a fornecedores	1.875.000	-
Despesas antecipadas	53.354	25.316
Total	1.929.796	25.316

6. Tributos a recuperar

A composição dos impostos e contribuições a recuperar é a demonstrada abaixo:

	2023	2022
IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	116.578	4.036
SALDO NEGATIVO DE IRPJ - 2022	4.538	-
Total	121.116	4.036

7. Depósitos e cauções

A Companhia possui depósitos e cauções de aluguel de imóvel referente ao escritório central localizado no Rio de Janeiro, como garantia contratual e vigência até 17 de maio de 2025. Abaixo a composição:

	2023	2022
Aluguel - Imóvel	87.562	-
Total	87.562	-

8. Tributos sobre lucro

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos é a demonstrada abaixo:

	2023	2022
Prejuízo Fiscal Acumulado	(10.670.778)	-
Base para o IRPJ e CSLL diferidos	(10.670.778)	-
Imposto de renda à alíquota de 25%	(3.215.114)	-
Contribuição social à alíquota de 9%	(1.157.441)	-
Total dos tributos diferidos	(4.372.555)	-

9. Imobilizado

A composição do imobilizado é demonstrada abaixo:

Descrição	Taxa Anual de depreciação	Saldos em 31 de dezembro de 2022	2023				Saldos em 31 de dezembro de 2023
			Adição	Depreciação	Ajuste de carga de saldo	Juros a Capitalizar	

Móveis e utensílios	10	-	8.319	(239)		8.080
Equipamento de informática	5	35.169	47.074	(7.301)	(481)	74.461
(i) Adiantamento para aquisição de imobilizado	-	-	50.147.340	-		50.147.340
(ii) Imobilizado em andamento	-	-	1.000.000	-		1.000.000
(iii) Valores a capitalizar		-	19.994		87.929	107.923
Total		35.169	51.222.727	(7.540)	(481)	87.929
						51.337.804
Custo		35.169				51.345.344
Deprec. acum.		(481)				(7.540)
Imobilizado líquido		34.688				51.337.804

(i) Adiantamento para aquisição de imobilizado refere-se a equipamentos para as plantas de liquefação a serem construídas no Paraná e Bahia. A Administração informou que a entrega dos referidos equipamentos está prevista para o 1º semestre de 2024.

(ii) Imobilizado em andamento refere-se à aquisição de 2 Isotanques.

(iii) Despesas referentes a juros e estruturação de financiamento para construção de nossas plantas em Itabuna e Barra Bonita com entrada em operação prevista para segundo semestre de 2024

10. Intangível

	2023	2022
Gastos com desenvolvimento(i)	16.480	-
Total	16.840	-

(i) serviços de engenharia referente ao Projeto Paraná.

11. Proventos e encargos a pagar

A composição dos proventos e encargos a pagar é demonstrada abaixo:

	2023	2022
INSS a Recolher	98.384	32.500
FGTS a Recolher	18.426	5.872
Férias	179.392	15.389
INSS s/ Férias	50.589	4.340
FGTS s/ Férias	14.351	1.231
Total	361.142	59.332

12. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição dos fornecedores é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Fornecedores Nacionais	184.277	124.265
Total	184.277	124.265

13. Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Tributos sobre as receitas	4.390	2.146
Tributos retidos	21.021	2.808
Tributos sobre folha	104.524	24.266
Total	129.935	29.220

Os Impostos e Contribuições acima provisionados foram liquidados nas datas de vencimento em janeiro de 2024.

14. Notas Comerciais Escriturais

A composição das notas comerciais escriturais é demonstrada abaixo:

Ativo não circulante	2023	2022
Juros s/ Emissão de notas comerciais e escriturais	87.929	-
Despesas de Estruturação	19.994	-
Total	107.923	-

Passivo Circulante	2023	2022
1º Emissão	50.087.929	-
Total	50.087.929	-

Data de integralização	Emissor	Série	Valor da Emissão	Vencimento	Encargos
26/12/2023	GNLINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A.	Única	50.000.000	24/06/2024	Taxa DI + 1,55%

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Emissão Notas Comerciais Escriturais	50.000.000
(+) Juros Notas Comerciais Escriturais	87.929
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.087.929

Em 26 de Dezembro de 2023, a GNLINK contratou os serviços da QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA para fins de Escrituração das referidas Notas Comerciais.

A Emissão ocorreu em 26 de dezembro 2023 em série única no valor de 50.0000 reais com prazo de vencimento em 24 de junho de 2024 e valor nominal unitário de 1.000 reais.

Os juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”).

A emissão foi documentada através de contrato firmado entre GNLINK DISTRIBUIDORA DE GÁS NATURAL S.A. e Banco ABC Brasil S.A. e garantida pelo seu acionista, o Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

15. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era representado pelo valor de R\$ 5.507.100 (R\$ 7.100 em 2021), dividido em 5.507.100 (cinco milhões, quinhentos e sete mil e cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 10 de novembro de 2022, foi aprovado e integralizado um aumento de capital no montante de R\$ 5.500.000 mediante a emissão de 5.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de março de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 2.800.000 mediante a emissão de 2.800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de maio de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 13.193.000 mediante a emissão de 13.193.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de maio de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 3.400.000 mediante a emissão de 3.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 01 de setembro de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 4.496.000 mediante a emissão de 4.496.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 19 de outubro de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 13.000.000 mediante a emissão de 13.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de dezembro de 2023 foi integralizado um novo aumento de capital no montante de R\$ 9.413.019 mediante a emissão de 9.413.019 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia pertence a um único acionista, Hankoe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, que detém 100% das ações ordinárias.

O capital social em 31 de dezembro de 2023, é representado pelo valor de R\$ 51.809.119,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 51.809.119 (cinquenta e um milhões oitocentas e nove mil cento e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

16. Despesas por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Salários e encargos	6.217.422	1.916.415
Benefícios	433.242	1.080
Despesas com ocupação	276.854	-
Despesas com viagens	1.246.363	14.030
Despesas com manutenção	65.108	-
Impostos e taxas	35.980	-
Serviços prestados	4.176.964	322.373
Depreciação e amortização	7.540	-
Outras despesas operacionais	710.866	-
Total	13.170.339	2.253.899

17. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	535.129	74.041
Receita de juros	501	-
	535.630	74.041
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(50.520)	-
Encargos sobre pagamentos em atraso	(314)	-
Outras despesas financeiras	-	(2.174)
	(50.834)	(2.174)
Total	484.796	71.867

18. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

A administração entende que não existem eventos subsequentes de acordo com a norma de divulgação, para serem informados na presente nota explicativa